



Federação
dos Sindicatos
de Metalúrgicos
da CUT/SP

Excelentíssimo Sr. Ministro das Relações Exteriores

Celso Amorim

Considerando a importância das negociações relacionadas à ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) e suas possíveis conseqüências para toda a nação brasileira, a Federação Estadual dos Metalúrgicos da Central Única dos Trabalhadores de São Paulo – FEM-CUT/SP, promoveu em parceria com a organização internacional Transnationals Information Exchange – TIE, um Curso de Formação Contínua sobre ALCA.

Três dos sete seminários do curso contaram com a valiosa e honrosa colaboração de conceituados funcionários de Vosso Ministério, que brilhantemente contribuíram com o debate. Gostaríamos, portanto, registrar nossos sinceros agradecimentos.

Após meses debatendo ALCA com seus sindicatos e trabalhadores filiados a FEM-CUT/SP vem através desta manifestar suas preocupações, bem como remeter a este Ministério suas sugestões relacionadas ao tema.

Considerando os direitos democráticos, o direito à informação e a transparência que devem nortear a atividade pública, gostaríamos de solicitar que nos fossem enviadas todas as informações relacionadas às rodadas de negociações e/ou reuniões entre representantes de nosso e de outros governos.

Em que pese a já demonstrada responsabilidade e coerência deste Ministério frente as negociações da Alca, gostaríamos de afirmar que apoiaremos todas iniciativas que zelem e reforcem a Soberania de nosso País. Significa dizer que apoiaremos acordos que **não** comprometam o patrimônio histórico, cultural, econômico e humano do povo brasileiro, preservando a biodiversidade (recursos naturais, minerais, hídricos, flora, fauna, etc.), e a capacidade de desenvolvimento sustentável de nosso país, temas que exigem atenção redobrada por parte dos negociadores brasileiros.

Seguindo nossa tradição republicana e democrática e considerando que um tratado sobre ALCA poderá gerar mudanças substanciais na vida de todos compatriotas, defendemos que seja garantido ao povo brasileiro o direito de manifestar sua opinião em relação ao tema através da realização de um plebiscito nacional, que ocorreria antes da ratificação do tratado e seria condição *sine qua non* para a respectiva ratificação.

Sr. Ministro entendemos perfeitamente a importância das relações comerciais entre os países, mas estas não podem ser motivo de supressão de outras questões vitais, importantes e necessárias. Por isto, defendemos um integração regional que vá além da questão comercial. A integração que

defendemos e acreditamos não é uma mera troca de mercadorias livres de impostos, taxas e subsídios, que coloque os povos em desvairada competição, mas sim uma **integração social, cultural e política que una, de forma solidária e fraterna, os povos da América..**

Todos nós sabemos a infinidade de interesses em jogo nestas negociações, por isto manifestamos a necessidade de garantias e respeito às culturas nacionais e regionais.

Objetivando uma relação mais equânime entre os países que participam das negociações visando a criação de um bloco regional, pensamos ser essencial para uma verdadeira integração regional a criação de um parlamento continental, onde todos os países membros do futuro bloco tenham direito a voz e voto nas discussões pertinentes a ALCA.

Sabemos que nenhuma integração é possível se estiver baseada na exclusão. Por isto conclamamos o governo brasileiro a envidar esforços para que cesse o bloqueio econômico a Cuba, bem como lutar para que Cuba possa participar do processo de integração regional.

Apoiamos todos os esforços do governo brasileiro no sentido de articular-se com todos os países que tenham afinidades com as nossas propostas afim de fortalecer os povos latinoamericanos frente às propostas apresentadas pelos EUA.

Certos do empenho e do compromisso por parte dos negociadores brasileiros em garantir, em todo e qualquer processo de negociação, nossa capacidade de desenvolvimento sustentável geração de empregos de boa qualidade, investimentos e transferências de tecnologia, deixamos aqui algumas propostas e contribuições, às quais chamamos de **“Agenda para o Desenvolvimento”**.

1) Política industrial

Visando a criação de empregos e desenvolvimento de tecnologias nacionais o Tratado da ALCA deve garantir aos Estados Nacionais o direito soberano de definir setores estratégicos, políticas de desenvolvimento e de planificação da produção em todos os setores.

2) Legislação Trabalhista e Sindical

Defendemos a unificação gradual da legislação trabalhista e sindical no continente, sendo que as novas normas nunca poderão ser inferiores ao já estabelecido nos diversos países do bloco. Isto significa dizer que nenhuma nova norma trabalhista e/ou sindical poderá trazer prejuízo aos direitos adquiridos pelos trabalhadores de qualquer país, extendendo-se o mesmo direito aos demais trabalhadores dos demais países. Durante o período de transição as legislações locais devem ser respeitadas.

Como a maioria dos países que participam das negociações da ALCA são signatários das convenções da OIT, o Tratado da ALCA deve reforçar o direito de Liberdade de organização e autonomia sindical.

3) Defesa da Bio-diversidade.

O Tratado da ALCA deve reforçar o direito natural dos Estados Nacionais de legislação, manutenção e fiscalização sobre os recursos de sua biodiversidade, através do incentivo a estudos e pesquisas, bem como

respeitando o desenvolvimento sustentável das regiões e sub-regiões conforme sua importância bio-ecológica, preservando ecossistemas e culturais locais.

O Tratado da ALCA deve combater a bio-pirataria não permitindo que sejam registrados pelos órgãos patentadores dos países membros marcas ou patentes de produtos naturais (ou que usem seus nomes) de outros países. Somente o Estado Nacional poderá patentear marcas e produtos com nomes dos recursos naturais encontrados em seu território.

4) Investimentos em áreas deficitárias

Para que a criação do bloco regional represente ganhos qualitativos para todos os povos se faz necessário que os países mais ricos do bloco contribuam com o desenvolvimento dos países economicamente mais fracos. Uma política regional de investimento em áreas deficitárias (infraestrutura, saneamento básico, educação, saúde, criação de empregos) deve ser adotada urgentemente.

5) Política continental de distribuição de renda

A estabilidade e prosperidade continental só serão atingíveis e paupáveis caso os países membros do acordo continental se disponham a investir pesadamente em um sistema de distribuição de renda que possibilite aos cidadãos de todos os países do bloco níveis de vida e desenvolvimento sustentável.

6) Patentes para a vida

A regras sobre patentes e marcas devem colocar o conhecimento científico e o desenvolvimento tecnológico a serviço da vida e das pessoas. Portanto, o Estado Nacional deve preservar o direito de usar qualquer produto, marca ou processo tecnológico que vise a manutenção e a melhora da vida de seus cidadãos, sem ter que, para isto, pagar royalties, know-how ou coisas que o valham.

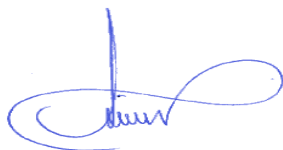
A ALCA deve estimular a criação científica focada na preservação da vida, da espécie humana e de nosso planeta.

7) Política de Investimentos em Infraestrutura

Cada país deve preservar no âmbito da ALCA sua capacidade de investimento em infraestrutura, o que não inviabiliza a cooperação regional, podendo os países mais ricos contribuir com o desenvolvimento dos demais.

Consideramos que os setores de Telecomunicações e Transportes merecem especial atenção por serem estratégicos para o desenvolvimento dos povos. Os governos nacionais devem estimular e viabilizar a criação de redes nacionais de telecomunicações e de transporte ferroviário, facilitando o acesso de todos os cidadãos aos mesmos, bem como no âmbito regional deve ser estabelecidas políticas de investimento nestes setores que permitam unificar as redes locais e nacionais em um grande sistema continental de telecomunicação e transporte ferroviário.

Atenciosamente,

A handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized initial 'A' followed by the name 'Lima' in a cursive script.

Adi do Santos Lima
Presidente da FEM-CUT/SP